

Apresentação
Dossiê: A educação brasileira em (re)construção: tensões, impasses e perspectivas

Presentation

Dossier: The Brazilian Education in (Re)construction: tensions, challenges, and perspectives

O impeachment de Dilma Rousseff em 2016, mediante *Golpe* de Estado jurídico-midiático-parlamentar, intensificou a crise econômica, política e social no Brasil, sobretudo porque os governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022) foram marcados pela hiperneoliberalização da economia, pela desconstrução da atuação do “estado social”, pelo neoconservadorismo e “guerra cultural” e por práticas autoritárias, o que resultou em retrocessos nas políticas públicas, sobretudo no tocante aos direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal de 1988. Além disso, dado a postura e falta de ações consequentes do governo federal por ocasião da pandemia do Corona Vírus, houve um agravamento da pobreza e da situação social no país. Educação e saúde foram duas áreas impactadas negativamente seja pelos cortes orçamentários e falta de coordenação da política nacional, seja pelo negacionismo científico, que resultou na postergação das vacinas.

Em 30 de outubro de 2022 foi eleito para Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), no contexto de uma eleição polarizada e com ameaças de novo golpe, mas dessa vez a perspectiva de um golpe militar. Em 08 de janeiro de 2023, golpistas invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Palácio do Supremo Tribunal Federal, esperando uma intervenção militar.

Considerando o delineamento desse cenário, pode-se dizer que foram quase 10 anos de crises e transições políticas que impactaram negativamente a educação brasileira, com grandes retrocessos em termos de financiamento, com cortes e redução de recursos públicos, abandono do Plano Nacional de Educação (PNE) como referência para as políticas

Apresentação

Dossiê: A educação brasileira em (re)construção: tensões, impasses e perspectivas

de educação, criação de ambiente de medo e ameaças aos professores, intervenções na direção de órgãos públicos, particularmente nas nomeações de reitores nas universidades federais, ênfase na militarização de escolas, redução de órgãos colegiados de participação da sociedade civil organizada etc.

Foi olhando para esse contexto que nasceu a ideia deste dossiê. Ou seja, produzir um conjunto de reflexões para analisar criticamente as políticas e ações de (re)construção da educação brasileira, a partir do início do Governo Lula da Silva (2023-2026), considerando o desmonte das políticas públicas de educação, desconstruídas ou implementadas pelos governos hiperneoliberais e conservadores de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

O desmonte da política de educação se caracterizou, entre outros aspectos, pela redução dos gastos públicos em todos os níveis e modalidades de educação, abandono e encerramento de políticas voltadas à ampliação do direito à educação, desarticulação do regime de colaboração, cortes expressivos de financiamento para ciência e tecnologia, desrespeito às instâncias democráticas, propostas de intensificação da mercadorização da educação superior, todos esses elementos considerados imprescindíveis para a coordenação, definição e implementação de políticas educacionais.

Nessa perspectiva, buscamos discutir temas que contemplassem diferentes temáticas no que se refere à análise e formulação de políticas públicas para superação do quadro de desmonte acima descrito. Nosso intento foi discutir temas, tais como: políticas de alfabetização, de Educação Infantil e de Educação Especial; definição e implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio; escolas cívico-militares via PECIN e/ou ações dos estados e municípios nessa direção; a retomada da Educação de tempo integral; a formação de professores e a inclusão social na Educação Superior via Lei de Cotas; avaliação e monitoramento do PNE (2014-2024), tendo em vista a elaboração do novo PNE; situação e papel das universidades e institutos federais, tendo por base novos parâmetros e nova política de financiamento e expansão; implementação do novo Fundeb e do custo Aluno qualidade; a situação da expansão desordenada dos cursos e programas da EaD e as perspectivas de qualidade; a criação e expansão das novas tecnologias nos ambientes educativos nos diferentes níveis e modalidades da educação escolar; a judicialização da avaliação da pós-graduação e as perspectivas de qualidade etc.

Nessa direção, conseguimos reunir um conjunto de reflexões importantes para o debate sobre a (re)construção da educação brasileira. Destaca-se nessa direção, o artigo **“A Pós-Graduação em Educação no Brasil: tensões e resoluções”**, de Ângelo Ricardo de Souza, Giselle Cristina Martins Real e Nonato Assis de Miranda, que nos trazem um “quadro da pós-graduação em Educação no Brasil, relatando e analisando o seu desenvolvimento ao longo dos últimos anos”, mostrando as tensões que foram produzidas pela judicialização do seu sistema de avaliação, assim como destacam as resoluções encontradas e os caminhos que vem sendo trilhados “com vistas à ampliação da qualidade da pós-graduação em Educação no país”.

Por sua vez, o artigo **“A expansão da militarização da educação básica no Brasil: continuidades, omissões e resistências”**, de Catarina de Almeida Santos, Salomão Barros Ximenes e de Miriam Fábria Alves discute uma temática que desde os anos 1990 cresce no Brasil: a militarização da educação e das escolas públicas no Brasil. Afirmam os autores que “a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, colocou o modelo na agenda nacional e ampliou exponencialmente o número de escolas militarizadas”. Os autores buscam, assim, caracterizar essa militarização, que se conectada a processos políticos de escala global, e que mesmo tendo sido o Pecim encerrado em 2023, os governos estaduais de direita e extrema direita têm assumido a expansão de manutenção desse processo, o que viola o direito à educação e os princípios constitucionais, especialmente o da gestão democrática da educação pública.

Na sequência, Daniela da Costa Britto Pereira Lima, no texto intitulado **“Regulamentação da educação a distância e híbrida no Brasil: desafios e contradições”** traz ao debate importante tema. Discute conceitualmente a problemática da EaD e da educação híbrida, bem como as normativas que vêm sendo produzidas em âmbito federal. A autora busca refletir “sobre as atuais regulamentações, desafios e contradições tanto da EaD quanto da educação híbrida no Brasil”. Ela entende que é “necessário ter clareza sobre o conceito e as características de qualquer educação que utilize as tecnologias digitais, para que esse uso não privilegie o mercado em detrimento de perspectivas socialmente referenciadas de formação humana”.

No texto **“Políticas de acesso à educação superior em tempos de transição: perspectivas e desafios”**, de Daniele da Rocha Carvalho e Alda Maria Duarte Araújo Castro,

Apresentação

Dossiê: A educação brasileira em (re)construção: tensões, impasses e perspectivas

analisa-se “como as formas de acesso à educação superior que foram implementadas nos diferentes governos petistas (2003 a 2016)”. O texto aprofunda em processos seletivos de cariz democratizantes, tais como: Enem, SiSU e Lei de Cotas, impactos pelos governos neoconservadores de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022). A partir de estudo de revisão bibliográfica, as autoras concluem que “com a aprovação da Emenda n.º 95/2017 houve um retrocesso das políticas de acesso à educação superior, impactando ainda mais a desigualdade entre os jovens das diferentes classes sociais”.

Dante Henrique Moura contribui com o dossiê discutindo importante tema: **“Contrarreforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017): centralidade das parcerias público-privadas nas redes estaduais de educação do Nordeste (2016-2022)”**. “O texto resulta de pesquisa em desenvolvimento sobre a reforma do Ensino Médio (EM) (Lei nº 13.415/2017 e dispositivos complementares) nas redes estaduais e institutos federais do Nordeste”. Nesse artigo o autor analisa “como a implementação dessa contrarreforma, sob a forte influência das parcerias público-privadas (PPP), vem interferindo na concepção de formação dos estudantes do EM”. O artigo está ancorado no materialismo histórico-dialético. Uma das conclusões a que os autores chegam é que “essa contrarreforma se insere em um contexto mais amplo de recrudescimento do neoliberalismo (2016-2022), cujo objetivo é reduzir ainda mais a ação do Estado na garantia de direitos sociais ao mesmo tempo em que amplia seu poder de regulação”. Afirmam ainda que “a contrarreforma precariza a formação dos estudantes e, além disso, regula os interesses do capital na educação por meio das PPP”.

O texto **“Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior: Desafios para o governo Lula (2023-2026)**, de Isabella de Araujo Goellner e Cristina Helena Almeida de Carvalho, examinam um dos temas mais impactados nos últimos anos: o financiamento da educação. O texto centra-se na “trajetória do financiamento federal para o Ensino Superior Privado, com foco no ProUni e Fies, tendo como pano de fundo os governos Dilma, Temer e Bolsonaro (2012-2022)”. As autoras buscam “compreender a agenda governamental, os desafios enfrentados e as reformulações dos programas no atual mandato de Lula (2023-2026)”. Nesse sentido, além de mostrar as tendências em curso, concluem que “Os principais desafios para o terceiro governo Lula são: alta inadimplência do Fies, empregabilidade dos graduados, inclusão educacional e evasão de estudantes. Até o momento, a implementação tem sido fragmentada”.

“A reforma do Ensino Médio e as práticas discursivas neoliberais como instrumentos de subjetivação: o caso dos Documentos Curriculares do Centro-Oeste”, de Danielle Araújo F. Marques e João Ferreira de Oliveira, os autores discutem a partir de pesquisa realizada, o processo atual de configuração da sociedade, que “é marcada por uma racionalidade e governamentalidade neoliberal que atravessa os instrumentos utilizados na execução das políticas educacionais”. Para os autores, é neste sentido “que precisa ser discutida a reforma do Ensino Médio (EM) e os instrumentos que a efetivaram, como a Lei n. 1.3415/2017, a Base Nacional Comum Curricular (2018) e os Documentos Curriculares (DC) propostos pelos estados”. O artigo, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, examina alguns aspectos de análise dos DC dos estados da região Centro-Oeste e do Distrito Federal”, onde destacam “os efeitos discursivos e nefastos na produção de uma subjetividade inscrita no neoliberalismo, que podem ser enfrentados por meio da promoção de uma maior consciência linguística”.

Outro importante tema é o das **“Políticas de formação dos(as) profissionais da educação: construção, desmonte e (re)construção”**, de Marcelo Soares Pereira da Silva e Elenita Pinheiro de Queiroz Silva. “O artigo discute as políticas de formação dos(das) profissionais da educação nos dois primeiros decênios do século XXI”. Nessa direção, os autores examinam a legislação pertinente e os normativos voltados para essa formação, destacando os questionamentos e as proposições históricas dos movimentos dos(das) educadores(as) brasileiros(as). Destacam na análise as políticas e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para formação dos(das) profissionais da educação, bem como informações extraídas de dados da Capes. Concluem que estão em curso “processos de construção e desmonte das políticas”, “ao mesmo tempo em que localizam as conquistas alcançadas e os desafios que persistem para o campo da formação dos(das) profissionais na Educação no Brasil”.

Marcilene Pelegrine Gomes, no artigo **“Caminhos e descaminhos da escola de tempo integral no Brasil: aportes para (re)construção da educação brasileira”** analisa tema prioritário logo no primeiro ano do governo Lula da Silva. O texto busca apreender “os caminhos e descaminhos das políticas do governo federal de indução da oferta de educação de tempo integral no ensino fundamental em escolas públicas”. Conforme a autora, trata-se de estudo qualitativo no campo das políticas educacionais, fundamentado em procedimentos

Apresentação

Dossiê: A educação brasileira em (re)construção: tensões, impasses e perspectivas

da pesquisa documental e bibliográfica. Dentre as conclusões, mostra que nos governos ultraliberais de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) houve “um retrocesso na proposição de políticas educacionais federais de indução e apoio (técnico e financeiro) aos estados, aos municípios e ao distrito federal para a ampliação da jornada escolar”. O anúncio da retomada desta pauta no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026), por meio do Programa Escolas de Tempo Integral (PETI), retoma uma lógica de reconstrução e ampliação do direito à educação de qualidade no país.

Em “**Financiamento das escolas públicas em condições de qualidade: questionamento dos fatores de ponderação do Fundeb na perspectiva do CAQ**”, de Thiago Alves, Gabriela Schneider e Adriana Dragone Silveira, discute-se “os limites dos fatores de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em comparação com os valores do Custo-Aluno Qualidade (CAQ)”, o que foi “calculado com base em parâmetros e insumos necessários para oferta educacional em condições de qualidade, por meio do Simulador de Custo-Aluno Qualidade (SimCAQ)”. Os autores questionam a “determinação da legislação de que o Fator de Ponderação deveria refletir a diferença do custo dos insumos necessários para a oferta de ensino de cada etapa, modalidade, contexto e outras características intervenientes da demanda por insumos educacionais”. Afirmam que “Os resultados sugerem que os fatores de ponderação estimados pelo SimCAQ com base no CAQ 2024 são bastante superiores, especialmente para os segmentos da Educação Infantil, para a oferta em tempo integral e para as escolas em áreas rurais. Igualmente, sinalizam que o valor-aluno Fundeb é, em média, 30% menor do que os valores do CAQ 2024”. Assim, “Os valores do Fundeb estariam um pouco maiores do que o CAQ para apenas três dos 22 segmentos: o Ensino Fundamental anos finais e o Ensino Médio urbano parcial e integral”. Finalmente, afirmam que “são necessários R\$ 40,8 bilhões na forma de complementação às redes de ensino para financiar o CAQ. Esse montante seria distribuído para 77% das redes públicas de 26 estados”.

Por fim, o artigo “**A expansão da educação superior pública no Brasil na vigência do PNE (2014-2024): desafios não superados da meta 12 e perspectivas para o próximo decênio**” de autoria de Renata Ramos da Silva Carvalho “analisa a evolução da educação superior pública no Brasil no período de 2014 a 2024 tendo como parâmetro o conteúdo da meta 12 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024)”. O objetivo deste estudo é “compreender

como ocorreu essa evolução no âmbito das regiões e estados da federação considerando que essa meta estabeleceu um indicador específico de expansão para as Instituições de Educação Superior (IES) públicas”. Essa autora realiza uma discussão “sobre o direito ao acesso à educação superior no Brasil e também sobre a atribuição dos entes federados para com sua oferta pública. Os dados do estudo mostram que há uma quase estagnação da evolução das matrículas públicas no Brasil e que a meta 12 do PNE (2014-2024) não foi objeto de promoção de políticas públicas consistentes e se constitui como um desafio não superado”.

Esperamos que esses artigos possam contribuir com o debate acerca da (re)construção da educação brasileira na direção da ampliação do direito a educação de qualidade social e pedagógica para todos e todas. É fácil destruir ou desconstruir políticas públicas, mas não é fácil reconstruir, sobretudo em um contexto político e econômico adverso, daí o importante papel que tem o governo atual, que sem prescindir da sociedade civil organizada, deve buscar caminhos para ampliar os espaços democráticos, para democratizar o fundo público e garantir uma escola inclusiva e de qualidade para todos. Não é tarefa fácil pois requer a constituição de um Plano Nacional de Educação articulado a um Sistema Nacional de Educação que sejam expressões dos avanços democráticos e dos compromissos sociais assumidos com um projeto de nação e com o avanço do estado democrático de direito e estado social no Brasil.

Renata Ramos da Silva Carvalho (UEG)
Alda Maria Duarte Araújo Castro (UFRN/UEPB)
João Ferreira de Oliveira (UFG)
Organizadores

Sobre os organizadores

Renata Ramos da Silva Carvalho

Pós-doutora, Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Inhumas, no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UEG/Inhumas). Desenvolve estudos e pesquisas e orienta estudantes de mestrado, prioritariamente, no campo das políticas educacionais. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais – GEPPE-UEG/Inhumas. Integrante da Rede de Pesquisas Universitárias/Br. Tese premiada com menção honrosa na área da Educação no Prêmio Capes de Tese do ano de 2018.

E-mail: renata.ramos@ueg.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7461-6698>

Apresentação

Dossiê: A educação brasileira em (re)construção: tensões, impasses e perspectivas

Alda Maria Duarte Araújo Castro

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professora Associada IV do Departamento de Educação da UFRN, Professora visitante da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Líder do Grupo de Pesquisa Política de Educação Superior (UFRN) no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq. E-mail: aldacastro01@hotmail.com
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6740-6257>

João Ferreira de Oliveira

Doutor (2000) e pós-doutor em Educação pela USP (2010; 2016). É Professor Titular da UFG. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B - CA ED - Educação.
E-mail: joao_ferreira_oliveira@ufg.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4135-6340>.

Recebido em: 15/07/2024

Aceito para publicação em: 20/07/2024